www.portal.abant.org.br/evento/rba/32RBA ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 54. Interculturalidade e Saúde Pública no Brasil: projeto social, político, ético e epistêmico.

Coordenador(es):
Maria Helena Ortolan (UFAM)
Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UNB - Universidade de Brasília)

Compartilhando a compreensão de Catherine Walsh (2009:14) sobre interculturalidade - "entendida como proceso y proyecto social, político, ético y epistémico -, a proposta do Grupo de Trabalho é reunir trabalhos resultantes de pesquisas etnográficas e também de reflexões de agentes atuantes no campo da saúde pública, com objetivo de promover discussões analíticas sobre a complexidade da implementação de políticas públicas de saúde pautadas pelo princípio intercultural em sociedades e Estados-nações que, efetivamente, mantêm estruturas sociais e políticas monolíticas. O desafio teórico-metodológico aqui é compreender a interação de culturas diversas e não seu isolamento. No contexto globalizado contemporâneo, com intensificação das relações entre povos de culturas diversas, Néstor García Canclini ressalta a necessidade do estudioso "convertirse en un especialista de las interseccion" (2005:101), considerando a interação das diferenças a partir de concepções como"desigualdade", "conexão/desconexão", "inclusão/exclusão". No campo da saúde pública no Brasil, por exemplo, a promoção da atenção à saúde indígena "contemplando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política", como pretende a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, continua sendo um grande desafio político e epistêmico. Espera-se aqui discutir outros exemplos de atenção à saúde que exigem a interculturalidade, seja por diferenças étnicas ou mesmo outras.

(Des)encontros interculturais em tempos de COVID-19 e Saúde Indígena: questões refletidas muito além da situação da pandemia

Autoria: Maria Helena Ortolan (UFAM)

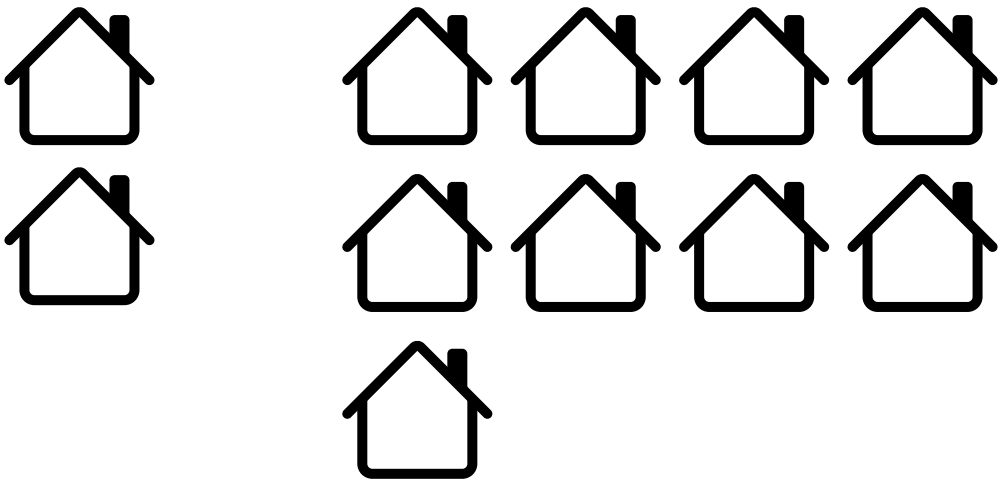
Compartilho com interlocutores indígenas e não indígenas do viés interpretativo de que o evento da pandemia potencializou, intensamente, problemas existentes anteriormente no campo de relações interétnicas no Brasil, gerados pela configuração da estrutura social da sociedade brasileira e pela composição do poder estatal. Como analisar as experiências e os efeitos da COVID-19 sobre os indígenas sem direcionar os holofotes para os graves problemas enfrentados, constantemente, na promoção do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena? E como falar de Saúde Indígena sem associar à territorialidade, uma vez que a defesa dos direitos indígenas no Brasil tem como importante referencial o reconhecimento das terras indígenas pelo Estado brasileiro? A Constituição Brasileira de 1988 promoveu avanços na política indigenista estatal, com o reconhecimento de povos indígenas como cidadãos brasileiros com direito à diversidade étnica no Estado nacional, o que impulsionou a criação de políticas públicas específicas adjetivadas de "diferenciadas". No entanto, a história brasileira é marcada por constantes esforços civilizatórios de integrar os povos indígenas à nação brasileira por meio da negação do direito à diversidade. Foi constituído historicamente um imaginário social que na sociedade brasileira a presença do "índio" tem seu "lugar" específico: a "floresta" (ou a "selva"), reconhecendo como indígenas "verdadeiros" apenas aqueles que se mantinham "isolados" do contato com população não indígena, condição identificada nas florestas da Amazônia Legal. Com atual pandemia do COVID-19, isto ficou bastante claro referente aos indígenas que vivem em situação urbana. Neste work, apresentarei (des)encontros interculturais no enfrentamento da pandemia do COVID-19 junto aos povos indígenas, a partir da interculturalidade "entendida como proceso y proyecto social, político, ético y epistémico"(WALSH, 2009:14), o que me permite ampliar esta reflexão.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Trabalho completo

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**